

Demonstrações Financeiras intermediárias

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012,
com relatório de revisão de informações intermediárias

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de setembro de 2012

Índice

Relatório de revisão de informações intermediárias	01
Demonstrações financeiras revisadas	
Balancos patrimoniais.....	03
Demonstrações do resultado	05
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações dos fluxos de caixa	07
Demonstrações do valor adicionado.....	09
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório de revisão de informações intermediárias

Aos Acionistas e Diretores da
Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes
Navegantes - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais intermediários, individual e consolidado, da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes (“Companhia”), identificados como Controladora e Consolidado, respectivamente, em 30 de setembro de 2012, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes, em 30 de setembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

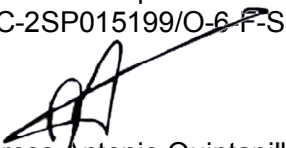
Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Blumenau, 19 de outubro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-SC



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3-T-SC

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Balances patrimoniais
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.191	33.573	35.232	38.611
Conta vinculada	5	-	13.553	-	13.553
Contas a receber	6	30.352	24.114	53.284	35.807
Partes relacionadas	18	7.179	1.597	1.665	20
Impostos a recuperar	7	602	586	796	636
Adiantamentos a fornecedores	8	4.580	2.287	6.983	4.738
Despesas antecipadas	9	5.921	3.995	5.922	3.995
Outros créditos	10	458	576	9.328	3.426
Total do ativo circulante		83.283	80.281	113.210	100.786
Não circulante					
Depósitos judiciais		472	424	472	439
Contas a Receber	6	1.913	1.913	4.671	1.913
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	19	122	4.233	9.514	12.326
Investimentos	11	17.683	32.730	-	-
Imobilizado	12	1.531.002	1.571.307	1.531.002	1.571.307
Intangível	13	45.061	4.913	45.061	4.913
Total do ativo não circulante		1.596.253	1.615.520	1.590.720	1.590.898
Total do ativo		1.679.536	1.695.801	1.703.930	1.691.684

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	9.523	3.926	27.992	24.169
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	21.477	42.768	39.557	42.785
Obrigações sociais e trabalhistas		7.906	4.899	10.227	6.571
Obrigações fiscais	17	9.482	4.202	11.567	5.709
Adiantamento de clientes		737	330	1.203	2.190
Partes relacionadas	18	76.692	129.163	58.271	99.736
Dividendos propostos	23c	44.821	27.144	44.821	27.144
Total do passivo circulante		170.638	212.432	193.638	208.304
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	1.150	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	215.908	128.305	215.908	128.305
IR e CS diferidos	19	391.767	418.752	391.767	418.752
Partes relacionadas	18	109	109	109	109
Parcelamento de impostos e taxas		1.076	1.286	1.076	1.286
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	627	641	641	652
Outros Valores		552	-	782	-
Total do passivo não circulante		610.039	549.093	611.433	549.104
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	66.116	66.116	66.116	66.116
Reservas Legal		1.505	1.505	1.505	1.505
Reserva especial de ágio		40.413		40.413	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		744.707	786.036	744.707	786.036
Dividendos propostos		-	-	-	-
Lucros a destinar		46.118	80.619	46.118	80.619
Total do patrimônio líquido		898.859	934.276	898.859	934.276
Total do passivo		1.679.536	1.695.801	1.703.930	1.691.684

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do Resultado

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receita operacional					
Operação com carga terceiros		171.779	125.111	209.994	164.870
Operação carga de própria		563	374	78.454	72.943
Receita operacional Líquida	24	172.342	125.485	288.448	237.813
Custo dos serviços prestados					
Operação portuária		(25.834)	(22.944)	(103.501)	(96.573)
Custo com pessoal		(25.494)	(23.316)	(31.282)	(27.759)
Depreciação do imobilizado		(13.869)	(13.103)	(13.869)	(13.103)
Depreciação da mais valia do imobilizado		(57.129)	(45.583)	(57.129)	(43.583)
		(122.326)	(102.946)	(205.781)	(181.018)
Lucro bruto		50.016	22.539	82.667	56.795
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(15.071)	(13.686)	(16.236)	(15.043)
Remuneração dos administradores		(1.341)	(978)	(2.776)	(2.099)
Despesas com pessoal		(5.767)	(5.962)	(8.707)	(7.863)
Depreciação / amortização		(4.669)	(4.196)	(4.669)	(4.196)
Depreciação / amortização mais valia		(5.491)	(5.528)	(5.491)	(5.528)
Resultado de equivalência patrimonial	11	13.493	25.714	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	25	11.031	5.861	650	1.655
		(7.815)	1.225	(37.229)	(33.074)
Lucro operacional		42.201	23.764	45.438	23.721
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	1.570	2.270	4.922	2.298
Despesas financeiras	26	(20.086)	(14.878)	(24.032)	(15.054)
Varição cambial, líquida	26	(23.210)	(30.028)	(23.648)	(30.529)
		(41.726)	(42.636)	(42.758)	(19.564)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social					
		475	(18.872)	2.680	(19.564)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19.b	(18.560)	(5.902)	(22.062)	(10.240)
Diferidos		22.874	13.403	24.171	18.433
		4.314	7.501	2.109	8.193
Lucro líquido (prejuízo) do período					
		4.789	(11.371)	4.789	(11.371)
Quantidades de ações (lote de mil)		24.204	24.204		
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações, em reais					
		0,1979	(0,4698)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro 2012 e 2011 e doze meses findos em 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucro - Reserva legal	Dividendos propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Especial Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		66.116	2.221	69.476	-	829.220	-	967.033
Realização da Reserva legal		-	(836)	-	-	-	-	(836)
Constituição da Reserva Lucros Ret.		-	35.156	-	-	-	-	35.156
Distribuição de Dividendos		-	-	(69.476)	-	-	-	(69.476)
Prejuízo do período		-	-	-	(11.371)	-	-	(11.371)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	49.111	(49.111)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2011		66.116	36.541	-	37.740	780.109	-	920.506
Saldos em 31 de dezembro de 2011		66.116	1.505	80.619	-	786.036	-	934.276
Lucro Líquido do período		-	-	-	4.789	-	-	4.789
Destinação proposta do resultado		-	-	(80.619)	-	-	-	(80.619)
Constituição de reserva especial de ágio		-	-	-	-	-	40.413	40.413
Realização dos Ajustes avaliação patrimonial		-	-	-	41.329	(41.329)	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2012		66.116	1.505	-	46.118	744.707	40.413	898.859

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido (prejuízo) do período	4.789	(11.371)	4.789	(11.371)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.874)	(13.403)	(24.171)	(18.433)
Depreciação e amortização	81.158	66.410	81.158	66.410
Baixa de ativo imobilizado	19	(38)	19	(38)
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos	32.196	26.424	32.196	26.424
Juros não pagos s/debêntures	5.153	-	5.153	-
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas	8.938	11.053	8.938	11.053
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(14)	37	(11)	37
Resultado de equivalência patrimonial	(13.493)	(25.714)	-	-
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	(7.804)	3.229	(24.257)	9.651
Contas vinculadas	13.553	(3.509)	13.553	(3.508)
Contas a receber empresas ligadas	(4.016)	(700)	(70)	-
Impostos a recuperar	(16)	(246)	(160)	(837)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(1.725)	606	(5.480)	(2.184)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	3.547	23.264	3.358	27.224
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	21.756	31.172	4.416	1.934
Obrigações sociais e trabalhistas	3.007	1.483	3.656	3.015
Impostos, taxas e contribuições	4.682	(1.667)	5.260	1.070
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	1.046	(20.327)	(505)	(18.708)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS (APLICADAS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	129.902	91.912	107.842	91.738
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos em controladas e coligadas	-	(499)	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	(40.608)	(24.404)	(40.608)	(24.404)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
	(40.608)	(24.903)	(40.608)	(24.404)

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa- continuação

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de dividendos	(62.944)	(15.988)	(62.944)	(15.988)
Amort.agio e Despesas emissão debêntures	(18.960)	-	(18.960)	-
Receita Financeira a apropriar s/debêntures	1.192	-	1.192	-
Recebimentos de empresas ligadas	-	(800)	-	-
Captações através de empréstimos e financiamentos	250.000	-	268.063	(4)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(197.431)	(28.760)	(197.431)	(28.760)
Pagamentos empresas ligadas	(54.626)	-	(54.626)	-
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos e financiamentos	(5.907)	(7.922)	(5.907)	(7.921)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(88.676)	(53.470)	(70.613)	(52.673)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618	13.539	(3.379)	14.659
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	33.573	18.507	38.611	21.054
No fim do período	34.191	32.046	35.232	35.713
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	618	13.539	(3.379)	14.659

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do valor adicionado

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas	196.000	138.598	309.120	260.356
Receitas de vendas de serviços/mercadorias	184.969	132.653	308.770	252.977
Outras receitas	11.031	5.945	350	7.379
Insumos e despesas – serviços e mercadorias	(39.344)	(35.673)	(117.793)	(114.726)
Custos dos serviços prestados/mercadorias vendidas	(21.627)	(21.082)	(89.463)	(27.916)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(17.670)	(14.451)	(28.341)	(86.170)
Outros custos	(47)	(140)	11	(640)
Valor adicionado bruto	156.656	102.925	191.327	145.630
Depreciação e amortização	(81.159)	(66.410)	(81.159)	(66.410)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	75.497	36.515	110.168	79.220
Valor adicionado recebido em transferência	63.473	61.173	63.462	43.798
Resultado de equivalência patrimonial	13.493	25.714	-	-
Receitas financeiras	27.106	22.056	39.290	23.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.874	13.403	24.172	18.433
Valor adicionado total a distribuir	138.970	97.688	173.630	123.018
Distribuição do valor adicionado	138.970	97.688	173.630	123.018
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	27.157	25.188	35.645	31.401
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	42.824	20.703	55.772	33.917
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	64.200	63.168	77.424	69.071
Lucros retidos / prejuízo do exercício	4.789	(11.371)	4.789	(11.371)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/2001, em 30 de maio de 2001 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a (“Companhia”) a iniciar a exploração do Porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes/SC.

Em 31 de julho de 2001, foi constituída a PORTONAVE S/A – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES, com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho nº 01- Centro – Navegantes/SC, através da transformação de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada para a forma de sociedade por ações, que tem por objeto as seguintes atividades: (i) Exploração, operação e administração de serviços portuários; (ii) Exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; (iii) Exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias; (iv) Prestação de serviços como agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, bem como serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios; realização de atividades de importação e exportação; (v) Operação de carga própria e de terceiros; (vi) Operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; e (vii) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades.

Em 18 de agosto de 2006, a ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) ratificou e republicou no Diário Oficial da União os elementos constantes no Contrato de Adesão MT/DP 098/2001, anteriormente publicado pelo Ministério dos Transportes. Esta autorização ratificou os direitos de exploração do Porto de Navegantes que a Companhia possui por vinte e cinco anos, contados da data do contrato de adesão, renováveis automaticamente para mais vinte e cinco anos.

O contrato celebrado entre as partes prevê que a Companhia não poderá transferir ou ceder os direitos de exploração a terceiros. Adicionalmente, cabe destacar que a União autorizou a Companhia a oferecer o Porto como garantia de empréstimos a instituições financeiras.

A União poderá, a qualquer momento, fiscalizar, aplicar penalidades contratuais, zelar pela boa qualidade e aumento dos serviços prestados bem como promover medidas que assegurem a adequação e conservação do meio ambiente.

Os armadores que utilizam as instalações da Portonave estão obrigados a remunerar ao Porto de Itajaí, detentor do canal de acesso, pela utilização da infra-estrutura aquaviária de acordo com a tarifa portuária homologada pelo CAP – Conselho de Autoridade Portuária.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

Restrições e condições de operação na autorização outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento das condições previstas no contrato de adesão para a operação do Terminal portuário em Navegantes. A extinção da autorização concedida pela União dar-se-á pelos seguintes fatos: a) caducidade, b) rescisão, c) desistência da operação do Terminal, d) ausência de movimentação de carga própria, ou e) falência ou extinção da Portonave.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não reverterão à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela operação do Terminal a partir do momento em que a Companhia for indenizada por tal fato.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do Terminal Portuário de Navegantes.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

2.1 Base de apresentação das demonstrações interinas

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresa	Percentual de participação da Companhia	
	2012	2011
Iceport S.A.	100%	100%
Teconnave S.A.	100%	100%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

Apresentação das informações interinas

As Informações interinas individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, incluindo o CPC 21.

2.2 Investimento em controladas

O investimento da Companhia em suas controladas é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Portonave exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a Controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

A participação societária na Controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada, de acordo com os critérios estabelecidos na Nota 2.11.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas médias:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2%
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – 12%

2.6 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e debêntures.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.8 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- | | |
|----------------------------------|-------------|
| • Edifícios e obras portuárias | 25 anos |
| • Equipamentos portuários | 5 a 15 anos |
| • Veículos e veículos portuários | 5 a 10 anos |

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

2.9 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.10 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 dezembro de 2011 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa	941	160	1.979	2.285
Aplicações:				
Banco do Brasil	8	27.222	8	27.222
Safra	268	256	268	257
Bradesco	181	647	184	3.559
Bic Banco	-	3.635	-	3.635
Daycoval	707	1.653	707	1.653
Santander	32.086	-	32.086	-
	34.191	33.573	35.232	38.611

5. Conta vinculada

Em agosto de 2012 o montante constante na conta vinculada a GE Capital Co. (R\$13.513 em 31 de dezembro de 2011) foi integralmente transferido para outros bancos, devido à quitação do empréstimo em que a GE Capital, que era a principal credora da Companhia, desvinculando todos os direitos que a credora possuía junto a Companhia.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber

Registra os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços portuários da Companhia de forma individual bem como das atividades das subsidiárias integrais Icept S/A e Teconnave S/A, além de outros valores a receber, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Serviços portuários	30.545	22.818	31.107	23.360
Celesc Distribuição – reembolso	-	496	-	496
Dragagem – Autoridade Portuária	-	1.000	-	1.000
Serviços de armazenagem	-	-	1.574	874
Exportação/Importação de mercadorias	-	-	21.010	10.277
Provisão para devedores duvidosos	(193)	(200)	(407)	(200)
Curto prazo	30.352	24.114	53.284	35.807
Longo prazo	1.913	1.913	4.671	1.913
Total dos recebíveis	32.265	26.027	57.955	37.720

O saldo consolidado classificado no longo prazo, na data de 30 de setembro de 2012, refere-se a recebíveis de longo prazo pela prestação de serviços e venda de mercadorias das seguintes clientes:

	Consolidado
Komport S/A	1.913
CMV Brasil Ltda	1.977
Belux Comercial Ltda	677
Aliança Industrial	78
Doux Frangosul S/A	26
Total	4.671

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	200	166
Adições	214	66
Recuperações/ realizações	(7)	(32)
Saldo no final do exercício	407	200

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
IRRF a Recuperar	406	398	457	443
PIS a Recuperar	32	31	32	31
COFINS a Recuperar	149	143	149	143
Outros Impostos	15	14	158	19
	602	586	796	636

Os valores são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, e os montantes passíveis de restituição foram solicitados junto ao Fisco Federal, Estadual e Municipal.

8. Adiantamento a fornecedores

O montante consolidado de R\$ 6.983 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 4.738 em 31/12/2011), consignado nesta rubrica corresponde a adiantamentos relativos à prestação de serviços e aquisição de mercadorias aplicados na operação própria da Companhia e de suas subsidiárias.

9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Veículos	13	3	14	3
Seguro operador portuário	5.646	3.940	5.646	3.940
Extensão de garantia - equipamentos	35	52	35	52
Outras	227	-	227	-
	5.921	3.995	5.922	3.995

O seguro da modalidade operador portuário é relacionado à operação e manutenção das atividades da Companhia possuindo cobertura de responsabilidade civil, danos a bens móveis e imóveis, perdas de receita e lucros cessantes, tendo a sua cobertura vigente até 02 de setembro de 2013.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Adiantamentos a funcionários	458	329	539	459
Estoque de Mercadorias	-	247	6.501	2.967
Outros Valores	-	-	2.288	-
	458	576	9.328	3.426

11. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas estão demonstrados como segue:

	30/09/2012					31/12/2011	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimento	Investimento
Iceport S.A.	4.000	951	(2.639)	100%	(2.639)	951	3.590
Teconnave S.A.	500	16.732	16.132	100%	16.132	16.732	29.140
					13.493	17.683	32.730

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado (controladora e consolidado)

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Câmara frigorífica	75.791	77.095
Imobilizado portuário	1.455.211	1.494.212
	1.531.002	1.571.307

12.1. Câmara frigorífica

Estão registrados nesta rubrica os montantes desembolsados para construir, instalar e equipar a câmara frigorífica utilizada pela companhia para movimentação de carga própria e de terceiros, através de sua controlada Iceport S.A.

A movimentação desse ativo durante o período de nove meses findo em 30/09/2012 e 31/12/2011, está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do exercício	77.095	73.692
Adições	2.063	7.987
Depreciação	(3.367)	(4.584)
Saldo no final do período	75.791	77.095

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

12.2 Imobilizado portuário

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Hardware	Softwares	Imob. Andamento	Veículo	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	155.549	1.072.520	435.021	8.186	19.984	15.841	69.467	1.746	10.628	1.788.942
Aquisições	270	43	336	93	133	24	37.626	3	17	38.545
Baixas	-	-	-	(17)	(2)	-	-	-	-	(19)
Transferências	-	418	666	-	-	-	(1.084)	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	155.819	1.072.981	436.023	8.262	20.115	15.865	106.009	1.749	10.645	1.827.468

Depreciação	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Equip. de proc.de dados	Softwares	Imob. Andamento	Veículo	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	-	(106.596)	(157.823)	(2.627)	(13.429)	(10.653)	-	(906)	(2.696)	(294.730)
Depreciação	-	(34.262)	(36.848)	(634)	(2.661)	(2.226)	-	(257)	(639)	(77.527)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	-	(140.858)	(194.671)	(3.261)	(16.090)	(12.879)	-	(1.163)	(3.335)	(372.257)

Valor contábil líquido

Saldo em 31/12/2011	155.549	965.924	277.198	5.559	6.555	5.188	69.467	840	7.932	1.494.212
Saldo em 30/09/2012	155.819	932.123	241.352	5.001	4.025	2.986	106.009	586	7.310	1.455.211

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

13. Intangível (controladora e consolidado)

O Ativo Intangível é representado, exclusivamente, pelos gastos relativos à implantação de uma Linha de Transmissão de Energia Elétrica, que foi construída pela Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S/A visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. A linha de transmissão é amortizada pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento que são de 10 anos para os equipamentos e 25 anos para as edificações.

Custo	Obras LT	Edificações LT	Ágio Incorporações	Maquinas LT	Instalações LT	Total
Saldo em 31/12/2011	1.489	1.516	-	114	2.206	5.325
Adições	-	-	40.412	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	1.489	1.516	40.412	114	2.206	45.737

Amortização	Obras LT	Edificações LT	Ágio Incorporações	Maquinas LT	Instalações LT	Total
Saldo em 31/12/2011	(70)	(71)	-	(13)	(258)	(412)
Adições	(45)	(45)	-	(9)	(165)	(264)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2012	(115)	(116)	-	(22)	(423)	(676)

Valor contábil líquido em

31/12/2011	1.419	1.445	-	101	1.948	4.913
30/09/2012	1.374	1.400	40.412	92	1.783	45.061

Em setembro de 2012, foi contabilizado a incorporação das empresas Maris Gaudim e Starport, gerando um ágio pela aquisição no montante, perfazendo o montante líquido de R\$ 40.412.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

14. Seguros e exigências ambientais

Em 30 de setembro de 2012 a cobertura de seguro estabelecida pela Administração da Companhia e para suas subsidiárias, para eventuais sinistros contemplam: i) Responsabilidade Civil; ii) Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis e; iii) Cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, conseqüentes de paralisação total ou parcial das atividades. O limite máximo indenizável é representado conforme quadro abaixo:

Risco	Data de vigência		Importância Segurada (USD000)	Prêmio
	De	Até		
Operador Portuário	02/09/12	02/09/13	166.302	R\$ 5.840

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Serviços	1.906	1.286	2.037	2.224
Mercadorias	1.151	1.135	7.785	7.321
Em moeda estrangeira	6.466	1.505	18.170	14.624
	9.523	3.926	27.992	24.169

No longo prazo registra o montante de R\$ 1.150 relativo a fornecedores de importação de mercadorias das atividades da subsidiária Iceport.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

A composição dos empréstimos contratados pela Companhia e suas subsidiárias é a seguinte:

	Encargos	Garantias		Controladora e Consolidado	
		Valor	Tipo	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				21.477	-
General Electric Capital Co.	5,7452% a.a.+V.cambial		Penhor, créditos e direitos	-	42.785
ACC - Adiant.Contr.Câmbio	0,93% a 2,5% + V.cambial	17.977	Promissória	18.080	-
Total do circulante				39.557	42.785
Não Circulante				215.908	-
Debêntures				-	128.305
General Electric Capital Co.	5,7452% a.a.+ V.cambial		Penhor, créditos e direitos	-	128.305
Total do não circulante				215.908	128.305
Total				255.465	171.073

Em agosto de 2012, a Companhia quitou o financiamento junto a GE Capital Co, mediante a emissão de 2.500 debêntures.

- **Cronograma de desembolso das debêntures:**

Ano de Vencimento	Controladora e Consolidado						Custos de Transação	Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Debêntures	-	20.000	50.000	70.000	65.000	45.000	(19.662)	230.338
ACC - Adiant. Cont. Cambio	18.080	-	-	-	-	-	-	18.080
Total	18.080	20.000	50.000	70.000	65.000	45.000	(19.662)	248.418

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

• Debêntures

Em 11 de julho de 2012, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com vencimento final em 11 de julho de 2017, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de julho de 2012.

Essa emissão possui as seguintes características:

1. Montante: R\$ 250.000;
2. Datas: (a) emissão 11 de julho de 2012 e (b) vencimento 11 de julho de 2017;
3. Amortização: em nove parcelas conforme quadro abaixo:

Parcela	Data da Amortização	Percent. de amortização
1	11 de julho de 2013	8%
2	11 de janeiro de 2014	8%
3	11 de julho de 2014	12%
4	11 de janeiro de 2015	14%
5	11 de julho de 2015	14%
6	11 de janeiro de 2016	14%
7	11 de julho de 2016	12%
8	11 de janeiro de 2017	10%
9	11 de julho de 2017	8%

4. Remuneração: (i) Para o período entre a data de emissão e 11 de janeiro de 2013: juros remuneratórios com base nas taxas médias da DI acrescida da sobretaxa de 1,65% a.a (base de 252 dias); (ii) Para o período compreendido entre 12 de janeiro de 2013 e 11 de julho de 2013: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI acrescida da sobretaxa de 2,15% a.a (base 252 dias); (iii) Período compreendido entre 12 de julho de 2013 e a data de pagamento integral das debêntures: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI, acrescida da sobretaxa de 2,25% a.a. (base 252 dias);
5. Pagamento da Remuneração: em 10 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em 11 de janeiro de 2013 e o último em 11 de julho de 2017.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

As debêntures foram distribuídas mediante esforços restritos de colocação pública, observada as regras da Instrução CVM 476/09, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do regulamento aplicável

A emissão se destinou ao pagamento antecipado de empréstimo sindicalizado liderado pela *General Electric Capital Corporation* e para a recomposição de caixa da emissora.

• Obrigações da Companhia (“covenants”)

A companhia obriga-se a observar as restrições constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos das quais destacamos:

- a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, igual ou menor a 2,5 durante o período da vigência das debêntures;
- b) Índice de cobertura do serviço da dívida, calculado em conformidade ao descrito no contrato da dívida maior ou igual a 1,3 vezes;
- c) Descumprimento da legislação regulatória, societária e fiscal que afetem de forma adversa a capacidade da emissora cumprir as obrigações constantes em contrato;

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia esta cumprindo todas as obrigações (“covenants”) relacionados aos empréstimos e financiamentos.

17. Obrigações fiscais

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: o a) faturamento, b) lucro e c) antecipações por serviços tomados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Impostos sobre lucro	6.170	2.168	7.134	2.955
Impostos retidos a recolher	961	407	1.065	531
Impostos sobre faturamento a recolher	1.596	1.260	2.613	1.856
Parcelamento – SPU	755	367	755	367
	9.482	4.202	11.567	5.709

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

18. Partes Relacionadas

	Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Iceport S/A – Contas a receber	4.814	877
Teconnave S/A	700	700
Maestra	1.665	20
Total ativo	<u>7.179</u>	<u>1.597</u>
Passivo Circulante		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A – Mútuo	29.016	48.568
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A – Reembolso	51	
Bakmoon Investment Inc. – Mútuo	29.016	50.980
Teconnave S/A – Antecipação de lucros	18.421	29.426
Construtora Triunfo S/A	188	189
	<u>76.692</u>	<u>129.163</u>
Passivo não circulante		
Bakmoon Investments Inc.	109	109
Total passivo	<u>76.800</u>	<u>129.272</u>
Despesas financeiras		
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A	(11.067)	(7.908)
Bakmoon Investment Inc	(11.529)	(8.259)
	<u>(22.596)</u>	<u>(16.167)</u>

Os saldos mantidos com os acionistas TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A e Bakmoon Investment Inc. estão sendo atualizados por juros de 5,7452% a.a., mais variação cambial.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos ativos e passivos

A Companhia registra Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Ativo diferido		
Imposto de renda	6.996	9.063
Contribuição social	2.518	3.263
	<u>9.514</u>	<u>12.326</u>
Passivo diferido		
Imposto de renda	(288.065)	(307.906)
Contribuição social	(103.702)	(110.846)
	<u>(391.767)</u>	<u>(418.752)</u>

A Companhia e sua subsidiária Iceport S/A registram Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. O ativo de R\$ 9.514 encontra-se fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, tendo como base em orçamento e plano de negócios examinados e aprovados pela Administração da Companhia. O passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 391.767, registrado no passivo não circulante a refere-se a: i) mais valia oriundo do custo atribuído do imobilizado; ii) diferenças temporárias sobre variação cambial a qual é tributada pelo regime de caixa como facultada a legislação fiscal e diferença de taxa de depreciação entre a fiscal e a vida útil efetiva.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	475	(18.872)
IR/CS pela alíquota fiscal nominal combinada de 34% (Exclusões)/adições permanentes	162	(6.416)
Equivalência	(4.588)	(8.743)
"Deemed cost"	21.291	17.378
Redução por tributação de controlada pelo critério de lucro presumido	(12.551)	(1.134)
Receitas de seguros	-	6.416
Total	<u>4.314</u>	<u>7.501</u>

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado (consolidado):

	Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	30/09/2012
Civil	599	541	(709)	431
Trabalhistas	53	587	(430)	210
	652	1.128	(1.139)	641

Adicionalmente, a Companhia é ré em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e, conseqüentemente, não são registradas provisões para essas ações. As principais discussões de risco possível encontram-se abaixo sumariadas:

- Ação movida por Luther Terry Grumble alegando direito à honorários por serviços de corretagem, relativamente ao período de construção do porto, cujo valor contingencial é estimado em aproximadamente R\$20;
- Processo administrativo movido pela ANTAQ por supostas irregularidades na movimentação de carga própria, não há valores estimados no processo movido pela ANTAQ;
- Ação movida pela empresa Doux Frangosul relativo aos lucros cessantes da mercadoria danificada pelo incêndio ocorrido na câmara frigorífica da subsidiária Icept, no montante de R\$ 382;
- Auto de infração para cobrança de multa relativa ao atraso no posicionamento para vistoria federal de carga importada, no montante de R\$ 225;
- Auto de infração para a cobrança de multa por utilização inadequada do SISCOMEX Carga, no montante de R\$ 50;
- Demanda indenizatória movida por Arno Genehr relativo a servidão de passagem estabelecida pela Celesc, no montante de R\$ 200;
- Indenização por perdas e danos movida por Ledina Celina dos Santos, no montante de R\$ 100;
- Ação indenizatória movida por Alvaro Venturi por prejuízo em bens materiais causados no manuseio e armazenagem, no montante de R\$ 437;

21. Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas subsidiárias consignaram de forma global como Remuneração dos Administradores o montante de R\$ 2.776 (R\$ 2.099 em setembro de 2011). A remuneração dos administradores é baseada em pró-labore e ajuda de custo.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

22. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2012 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012, são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	34.191	33.573	35.232	38.611
Adiantamento a fornecedores	4.580	2.287	6.983	4.738
Partes relacionadas ativo	7.179	1.597	1.665	20
Fornecedores	(9.523)	(3.926)	(27.992)	(24.169)
Partes relacionadas passivo	(76.801)	(129.272)	(58.380)	(99.845)
Empréstimos	-	(171.073)	(18.080)	(171.090)
Debêntures	(237.385)	-	(237.385)	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia e suas subsidiárias possuem importações ou exportações de insumos ou serviços, porém não tem ações negociadas em mercado.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do terminal portuário. Em relação a um

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2012, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de Liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 16 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido

a. Capital social subscrito

Em 30 de setembro de 2012 o capital social subscrito está composto por 24.204.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembléia Geral Extraordinária, datada de 24 de agosto de 2005, a Companhia decidiu dividir seu capital social nas classes de ações A e B, com direitos e obrigações idênticas entre as classes. Tal decisão foi tomada com base nas disposições contidas no artigo 16, da Lei 6.404/76.

Na Assembléia Geral Extraordinária, datada de 30 de setembro de 2012, foi aprovada a incorporação das ações das acionistas Maris Gaudium e Starport pela Companhia, ficando somente a TPI Log S/A com participação.

A participação total dos acionistas no capital subscrito da Companhia está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias Integralizadas (*)	
	30/09/2012	31/12/2011
Classe "A"		
Bakmoon Investments Inc.	12.101.999	12.101.999
Outros	1	1
Total Classe "A"	12.102.000	12.102.000
Classe "B"		
TPI -LOG S/A	12.101.996	4.033.999
Maris Gaudium Partic. E Empreend. Ltda	-	4.033.999
Starport Participações Ltda	-	4.033.998
Outros	4	4
Total Classe "B"	12.102.000	12.102.000
Total Geral	24.204.000	24.204.000

(*) Quantidades unitárias.

b. Reserva de legal

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia consignou o montante de R\$ 120, representando 5% do lucro líquido do exercício após a compensação de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos

Com base na Lei 6.404/76, os dividendos mínimos obrigatórios são calculados na base de 50% dos lucros acumulados, após dedução da reserva legal e compensação de saldos de prejuízos acumulados.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

24. Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Operação de carga de terceiros	184.334	132.328	224.716	174.345
Operação de carga própria	634	374	85.101	78.536
Total da Receita Bruta	184.969	132.653	309.770	252.977
Deduções da receita:				
Impostos federais	(8.900)	(4.515)	(14.356)	(9.364)
Impostos estaduais	-	-	(1.204)	(1.791)
Impostos municipais	(3.726)	(2.653)	(4.546)	(3.497)
Cancelamento de Vendas	-	(49)	(1.263)	(416)
Total das deduções	(12.626)	(7.217)	(21.369)	(15.068)
Receita operacional líquida	172.342	125.485	288.448	237.813

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Seguros	-	-	-	1.434
Aluguel c/partes relacionadas	10.577	5.742	105	102
Outros	454	119	545	119
	11.031	5.861	650	1.655

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais)

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.444	2.209	1.457	2.231
Juros ativos	29	49	46	54
Descontos obtidos	54	12	1.643	13
Outras receitas	43	-	1.776	-
	1.570	2.270	4.922	2.298
Variação Cambial				
Variação cambial ativa	16.050	13.484	24.872	13.516
Variação cambial ativa - Bakmoon	4.842	3.227	4.842	3.227
Variação cambial ativa - TPI	4.644	3.075	4.644	3.075
Variação cambial passiva	(30.321)	(33.593)	(39.581)	(34.126)
Variação cambial Passiva – Bakmoon	(9.418)	(8.307)	(9.418)	(8.307)
Variação cambial Passiva - TPI	(9.007)	(7.914)	(9.007)	(7.914)
	(23.210)	(30.028)	(23.648)	(30.529)
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos	(4.881)	(7.940)	(4.881)	(7.940)
Juros/Encargos - Debêntures	(5.808)	-	(5.808)	-
Tarifas bancárias	(137)	(153)	(1.203)	(316)
Juros e multas de mora	(45)	(17)	(229)	(20)
Outras despesas financeiras	(157)	(143)	(2.853)	(153)
IR s/pagamentos moeda estrangeira	(4.634)	(1.525)	(4.634)	(1.525)
Encargos sobre empréstimos – Bakmoon	(2.111)	(1.863)	(2.111)	(1.863)
Encargos sobre empréstimos – TPI	(2.060)	(1.814)	(2.060)	(1.814)
Consultorias	(253)	(1.423)	(253)	(1.423)
	(20.086)	(14.878)	(24.032)	(15.054)

* * * * *